

POLIAMOR: A INEXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À NÚCLEOS FAMILIARES DIVERSOS

Mariana Silva do Nascimento

RESUMO

O presente trabalho se inseriu na esfera do Direito Civil e adentrou no ramo de família, apresentando maiores considerações e estudos no tocante a esse campo do direito, bem como tecendo argumentações no âmbito das sucessões. A finalidade primordial deste foi trazer à tona, por meio da metodologia bibliográfica e documental, o questionamento acerca da falta de normatização que regule a estrutura familiar composta por mais de duas pessoas que conhecem e estão de acordo com tal condição, conhecida como poliamor. Buscou-se expor que mesmo com o notório avanço constitucional e legislativo no que toca os modelos de família na sociedade contemporânea, ainda há o que se fazer para que os integrantes de relacionamentos poliamorosos tenham suas uniões reconhecidas pela legislação vigente, a fim de que o princípio da igualdade em seu sentido material seja efetivado em relação aos diversos núcleos familiares existentes na atualidade, bem como analisar os impactos que essa inexistência legal aplicável ao poliamor se manifesta no ramo do direito das sucessões, posto que nesse sentido não há uma segurança jurídica para os membros da relação poliafetiva. Visando demonstrar que a inaplicabilidade de leis que deem o devido suporte aos praticantes do poliamor, em razão da própria ausência de normas nessa perspectiva, conclui-se que é imprescindível amparar legalmente os integrantes de uma relação familiar poliamorosa, com o intuito de assegurar e efetivar direitos advindos de tal união, em observância à igualdade e afetividade no âmbito do direito e objetivando uma segurança jurídica para os praticantes do poliamor.

PALAVRAS-CHAVE: Poliamor. União poliafetiva. Inexistência normativa.
